



Fotografias: Maria Clara; Agência Pará.

# ARTIGOS

## “Saúde mental e o fazer psicossocial”: 30 anos da psicologia e serviço social na ‘Corporação de Fontoura’

Ana Carolina Bezerra Leopoldino<sup>1</sup>  
Jesiane Calderaro Costa Vale<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Major Psicóloga da Polícia Militar do Pará; Especialista em Avaliação Psicológica; Coordenadora do Núcleo de Atendimento Psicossocial (NAP) do CPR I - Santarém-Pará.

E-mail: anacarolit@yahoo.com;  
ORCID: 0009-0000-3458-4276.

<sup>2</sup> Tenente-Coronel Psicóloga da Reserva da Polícia Militar do Pará; Doutora em História Social da Amazônia (UFPA); Mestre em Psicologia Clínica e Social pelo PPGP/UFPA; Docente da Faculdade de Educação e Tecnologia do Pará (FAETE) e do Instituto de Ensino de Segurança do Pará (IESP); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Militares, Política e Fronteiras na Amazônia CNPq/UFPA.

E-mail: jesianecalderaro@gmail.com;  
ORCID: 0009-0000-78146593.

### RESUMO

Este artigo consiste na apresentação do percurso de três décadas desde o surgimento do Quadro Complementar de Oficiais da Polícia Militar do Pará (QCOPM). Trata-se de um texto organizado com base em documentações e relatos das psicólogas e assistentes sociais – algumas delas pioneiras; nos sentidos e significados do que viveram coletivamente em suas trajetórias profissionais e na atuação psicossocial institucional, desde as unidades embrionárias que deram origem ao ex-Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social (CIPAS), até o atual Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP) da PMPA.

**Palavras-Chave:** Psicologia; Serviço Social; Pioneirismo; Polícia Militar.

### ABSTRACT

This article consists of presenting the thirty year journey of the constitution of the Complementary Officer Board of the Military Police of Pará. It is a text based on documents and testimonies from psychologists and social workers, some of whom were pioneers, about the meanings and experiences they collectively lived in their professional paths and institutional psychosocial work, from the early units that gave rise to the former Integrated Center for Psychology and Social Assistance (CIPAS) to the current Integrated Center for Psychosocial Care (CIAP) of the PMPA.

**Keywords:** Psychosocial; Social Service; Pioneering; Military Police.

### RESUMEN

Este artículo consiste en la presentación del recorrido de tres décadas del surgimiento del cuadro complementario de Oficiales de la Policía Militar de Pará. Se trata de un texto organizado con base en documentos y relatos de los psicólogos y asistentes sociales – algunas de ellas pioneros, en el sentido y significado de que vivieron colectivamente en sus trayectorias profesionales y en la actuación psico-social institucional, desde las unidades envirarías que dieron origen al exCentro Integrado de Psicología e Asistencia social (CIPAS), hasta el actual Centro Integrado de Atención Psico-Social (CIAP) de la PMPA.

**Palabras clave:** Psicología; Servicio Social; Pionero; Policía Militar.

## 1 INTRODUÇÃO

**E**ra 1994, o ano se desenrolava com marcantes eventos na história: Em 1º de maio, ocorreu a morte inesperada e chocante do notável piloto brasileiro de Fórmula 1, Ayrton Senna. Além disso, no dia 1º de julho, o presidente do Brasil Itamar Franco e o seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, estabeleceram a conversão da moeda brasileira de Unidade Real de Valor (URV) para o "Real". Ainda em julho, a seleção brasileira de futebol, vestida de verde e amarelo, se tornou tetracampeã mundial, levando a nação a uma gigante euforia. Quando chegou em 1º de agosto, o Pará registrou o ingresso da primeira turma de oficiais do Quadro Complementar em uma das mais pujantes, longevas e respeitadas instituições do estado, a PMPA, que àquela época, contava 176 anos.

Passadas três décadas, este artigo traz consigo uma diversidade de relatos das memórias de algumas dessas oficiais psicólogas e assistentes sociais, pioneiras da Polícia Militar do Pará, sobre o que viveram, desde o nascimento das antigas DP08 (Seção de Psicologia) e DP09 (Seção de Assistência Social), subordinadas à Diretoria de Pessoal (ambas reconhecidas como Unidades de Apoio), unidades embrionárias do ex-Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social (CIPAS) até o atual Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP) da Polícia Militar do Pará (PMPA).

Este texto, organizado por duas oficiais psicólogas da PMPA, de momentos diferentes (1ª e 3ª turmas), é fruto da "vivência coletiva", coletada nas documentações, transcrições de gravações dos depoimentos que atravessaram as nossas vidas, relacionamentos, trajetórias profissionais, inclusive os nossos afetos e emoções.

Ao longo do artigo, apresentamos narrativas que manifestam os desafios experimentados por nós, na instituição militar, cuja relação é fortemente verticalizada, e que sua dinâmica doutrinária se faz transmitir até mesmo, por meio de linguagens não verbais, no dito e não dito, promovendo uma interação desafiadora com hierarquia e disciplina entre as pessoas que transitam dentro dela.

Para a confecção desta pesquisa, optamos pelo recurso metodológico da história oral, o qual baseia-se nas narrativas, falas e memórias, nos sentidos e significados que as interlocutoras do Quadro Complementar de Oficiais Policiais Militares (QCOPM) atribuem às suas trajetórias nas reminiscências das situações vivenciadas e suas experiências reveladas. Por conta disso, as fontes orais foram imprescindíveis na captura de uma memória social das duas categorias profissionais (Psicologia e Serviço Social) e que fundamentam toda a nossa análise aqui.

Para Alberti (2014), um fato vivido pela pessoa entrevistada, não pode ser transmitido se não for narrado. Por isso, a narrativa das experiências e recordações é um dos principais alicerces neste percurso. Além disso, segundo Thomson (2000), o relato/depoimento consiste num valioso método de pesquisa porque permite ter acesso à experiência não documentada, às histórias desconhecidas, por vezes ocultas, inclusive sobre as vidas de líderes que ainda não escreveram suas autobiografias. Permitem também "explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como relações pessoais", significados de eventos passados e entendimentos anteriormente silenciados ou ignorados (Thomson, 2000, p. 51).

No caso das oficiais psicólogas e assistentes sociais pioneiras, tais reminiscências ainda estão interagindo neste "tempo presente", devido à proximidade dos fatos vivenciados, de um fazer profissional pioneiro, constatando-se inúmeras questões e reverberações relacionadas ao percurso sócio-histórico vivenciado pelas participantes e que interagem no fazer dos antigos e dos novos oficiais do Psicossocial da PMPA.

<sup>3</sup> Jesiane C. C. Vale - me permito (como uma das autoras) apresentar também alguns fragmentos de minhas lembranças e experiências como oficial psicóloga da turma pioneira, ora vivenciando a formação policial militar propriamente dita, que se deu em 1994, ora como psicóloga clínica-hospitalar no Hospital da Polícia Militar e como ex-Chefe do CIPAS.

<sup>4</sup> “Devir”: Movimento permanente pelo qual as coisas passam de um estado a outro, transformando-se (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2024).

<sup>5</sup> Ana Carolina B. Leopoldino é psicóloga, integrante da terceira turma de oficiais do QCOPM. Foi admitida em 2014 e encontra-se no posto de Major PM. Portanto, pôde usufruir do convívio com as pioneiras, como também desfruta do relacionamento e equipe com novos oficiais, exercendo a função de Coordenadora do NAP do CPR I (Santarém-Pará).

<sup>6</sup> Constituiu-se como fontes impressas: documentações institucionais, portarias, decretos, boletins gerais, jornais e as fotografias cedidas do acervo pessoal das oficiais entrevistadas.

<sup>7</sup> PMPA: Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará. DGO/PMPA. nº 001/2014.

Ocasionalmente, algumas dessas recordações e memórias apresentadas podem servir como “espelhos retrovisores” do percurso trilhado pelas oficiais pioneiras do QCOPM, nossas interlocutoras aqui e também para mim (primeira autora deste artigo)<sup>3</sup> que faço parte desta jornada de valor inestimável, podem também sinalizar para um devir<sup>4</sup> de possibilidades, novidades e necessidades dentro da Instituição, para as novas turmas que ainda se encontram atuando, como é o caso da segunda autora deste artigo.<sup>5</sup>

Assim, para fazermos bom uso da memória, como evidência histórica, e evitar falibilidades, lacunas, apagamentos, lapsos ou distorções, porque às vezes a memória “prega peças”, optamos em realizar o cruzamento de fontes, com ajustada fundamentação e o cotejamento do que fora dito, combinando as narrativas das interlocutoras (fontes orais), com outras fontes históricas (registros documentais)<sup>6</sup>. Desse modo, tudo foi diligentemente checado.

## **2 PANORAMA INSTITUCIONAL NA ADMISSÃO DO QCOPM PIONEIRO**

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, logo após a abertura do processo de redemocratização<sup>7</sup>, o Brasil experimentou intensas transformações nas instituições públicas, em particular nas organizações policiais, principalmente pela redefinição da missão, diante de um Estado Democrático de Direito.

No início dos anos 1990, a PMPA ainda estava experimentando essas modificações. Há alguns anos, tinha permitido o ingresso de mulheres oficiais e praças na Corporação (Leite, 2013; Vale, 2019a; Vale, 2018b), criou a Academia da Polícia Militar Cel Fontoura, considerada o “berço de comandantes e líderes” da região Amazônica (Vale, 2018b); também criou o Grupamento Especial de Polícia Assistencial (GEPAS), atual CIEPAS, para acompanhar o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que revelava a necessidade de atuação com crianças e adolescentes, já não mais considerados “menores delinquentes” e sim, “sujeitos de direitos” ou “sujeitos em conflito com a lei” (quando eram autores de ato infracional). Também evidenciava esforços para a criação da Companhia Independente de Policiamento Turístico, bem como a implantação do Batalhão de Polícia de Choque, tropa operacional preparada para a pronta resposta em missões de controle de distúrbios civis (greves, protestos, reintegração de propriedade, entre outros).

Em vista das alvoroçadas e complexas questões envolvidas na área da Segurança Pública no Brasil e das variadas modificações, a PMPA viabilizava pela primeira vez, o concurso para a carreira policial militar do oficialato com admissão específica de um novo quadro: o Quadro Complementar de Oficiais (psicólogos, assistentes sociais e comunicadores sociais).

Destaca-se que em meados dos anos 1960, as Polícias Militares de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo já apresentavam registros da atuação de assistentes sociais. Entretanto, o Serviço

Social no Brasil ganhou nova compreensão, distanciando-se do apadrinhamento, caridade e clientelismo, quando foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de n.º 8.742/93, firmando-se nos conteúdos previstos na Constituição Federal de 1988, reforçando a ideia de assistência como política pública e de gestão participativa e garantia de direitos (Giaqueto, 2010). No tocante à Psicologia, em meados dos anos de 1980, a Polícia Militar de Minas Gerais tinha sido a primeira no Brasil a selecionar psicólogos para o cargo de oficial. E no Pará, a Polícia Militar acompanhando os avanços advindos das outras Polícias, implantou em 1994, os setores de "Psicologia" e de "Serviço Social".

Convém lembrar que no início dos anos 1990, existiam "ações" de Psicologia na PM do Pará realizadas pela psicóloga civil contratada Rosa Watrin. Contudo, o serviço era realizado por essa única profissional, que não obstante, a sua dedicação e esforços, encontrava limitações. A atividade servia predominantemente para o atendimento de situações pontuais e/ou acompanhamento de alguma disfuncionalidade institucional junto ao Comandante-Geral, na capital. Também, havia um pequeno grupo de oficiais superiores combatentes, que tinham realizado "Curso de Psicotécnica Militar" que eventualmente, auxiliavam a psicóloga Rosa Watrin, elucidando situações policiais militares específicas para o alto comando. Flora Aguiar, a oficial mais antiga do Serviço de Psicologia e a primeira chefe da DP08, relembra:

Antes do nosso ingresso, havia um 'setor de Psicologia' que se restringia a aplicação de testes para a seleção de oficiais. Na nossa chegada ampliamos e implementamos as atividades de avaliação com testes de personalidade, inteligência, habilidades específicas, dinâmica de grupo, entrevistas, levantamento do perfil e acompanhamento nas unidades operacionais, um trabalho de equipe, que fundamentava bem os nossos pareceres e diagnósticos [...]. Uma das coisas que nos fortaleceu e contribuiu para realizarmos um bom trabalho, foi a composição da nossa equipe, nós éramos onze, e era uma equipe ética, técnica, que se empenhava, buscando mais capacitação científica para desenvolver suas ações e isso criou uma espécie de 'armadura', que nos protegeu de uma série de influências e pressões externas (Flora Aguiar - Psicóloga, pioneira).

Com o ingresso dos novos oficiais em 1994, e após o estágio probatório, aquele setor embrionário de psicologia (civil) foi dissolvido, dando lugar ao "Serviço de Psicologia" com a denominação de Seção DP08 e ao Serviço Social da Seção DP09. Ambas foram introduzidas imediatamente no organograma institucional da PMPA, como unidades de apoio, subordinadas à Diretoria de Pessoal para a assistência psicossocial aos policiais militares e seus dependentes, tabela 1.

**Tabela 1:** Oficiais do Quadro Complementar da Turma de 1994 (Pioneira).

PSICÓLOGOS	ASSISTENTES SOCIAIS
<b>Flora</b> Luiza Silva de Aguiar	<b>Ângela</b> Socorro Castro de Sousa
<b>Otávio</b> Augusto Vieira Marques	Raimunda <b>Medianeira</b> T. de Souza
<b>Simone</b> Maria Carneiro Santos	<b>Rosa</b> de Fatima <b>Fampa</b> de Souza
<b>Neyla Regina</b> Bahia Vieira da Silva	<b>Wânia</b> Dourado Torres
<b>Jesiane</b> Calderaro Costa Vale	Joana <b>Angélica</b> Queiroz de Sá
<b>Keila</b> Suely de Sousa Santos	<b>Sandra</b> Suely Machado <b>Monteiro</b>
<b>Joana D'arc</b> do Carmo Lima	<b>Sandra</b> do Socorro <b>Leite</b>
<b>Catia</b> Guédes Regateiro	<b>Carol</b> Hedda de Oliveira Barbosa
<b>Edeltraut</b> Loewenberg Leite	<b>Clenilza</b> Gonçalves da Costa
<b>Lisneti</b> Maria de Castro	<b>Marion</b> Gomes de Moraes Martins
<b>Deuzilene</b> dos Santos Pacheco	<b>Cristiane</b> do Socorro Loureiro Lima

**Fonte:** Boletim Geral da PMPA nº 166, de 14 SET 1994.

O trabalho das duas categorias profissionais passou então a ser desenvolvido em parceria, e igualmente compunham o Quadro Complementar de Oficiais (QCOPM), sendo 11 psicólogos e 11 assistentes sociais. Nota-se que, esses 22 profissionais foram admitidos no posto de

1º Tenente e, em sua maioria, não se conheciam, nem tampouco a dinâmica doutrinária institucional e que, a partir do ingresso da turma, foram designados para compor o QCOPM (psicólogos, assistentes sociais e comunicólogos), à realização do Curso de Formação/Adaptação ao Oficialato, em conjunto com os novos profissionais aprovados do Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM): médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos e médicos veterinários.

Por uma questão de logística, otimização do tempo e conveniência institucional, o curso era predominantemente realizado no auditório da Imprensa Oficial do Estado (IOEPA) ou no auditório da Secretaria de Agricultura do Estado (SAGRI), porque ambos órgãos eram vizinhos do Quartel do Comando Geral (QCG) da PM, à época na travessa do Chaco, no bairro do Marco, local onde parte dos monitores e instrutores das disciplinas teóricas do curso, também trabalhavam: Coronel PM Vieira, Tenente-Coronel PM Gatti, Tenente-Coronel PM Veras, Major PM Odomar Romeiro, Major PM Oliveira, Major PM Ismaelino Vieira, Major PM Julio, Major PM Aben Athar, Major PM Uchoa, Major PM Sadala e Major PM Susy Dias. As demais disciplinas práticas eram ministradas na quadra poliesportiva do QCG ou na sede campestre do Clube de Oficiais da PM (COPM), para onde nos deslocávamos no ônibus da Instituição.

Assim, no período do curso, pelos desafios cotidianos, solidariedade e principalmente, por influência dos oficiais alunos (da turma) que tinham servido ao Exército e à Marinha, fomos desenvolvendo o espírito de corpo, camaradagem, amizade, confiança, cumplicidade e aos poucos, o engendramento da hierarquia e disciplina, elementos da forja, necessários à carreira policial militar. Então, as características e diferenças que existiam e que dificultavam a interação, como novos oficiais, foram sendo pacificados na convivência diária e, mesmo sendo uma turma extensa de dois quadros distintos (QOSPM e QCOPM) ambos tornaram-se coesos, amigos e fiéis companheiros de jornada.

Destaca-se que, o Serviço Social e a Psicologia são duas categorias profissionais no Brasil predominantemente femininas e que de igual forma, tal fenômeno repetiu-se no curso da PMPA. Desse modo, na turma pioneira havia apenas um oficial psicólogo do sexo masculino, e no serviço social, a composição era exclusivamente de mulheres.

## **2.1 Quem éramos e o que fazíamos antes do ingresso na PMPA**

### **2.1.1 Oficiais psicólogas:**

Quando eu ingressei na PMPA, há sete anos de experiência na área de Recursos Humanos, mais precisamente em recrutamento e seleção de pessoal, e alguma experiência em treinamento, em empresa privada. Toda essa bagagem profissional na perspectiva privada, me possibilitou dar andamento às atividades da PM e vislumbrar outro horizonte para a instituição (Flora Aguiar - Psicóloga, pioneira).

Antes de ingressar na PM, eu trabalhava já há muitos anos, numa empresa de transporte de passageiros, onde eu era chefe do Setor de Recursos Humanos. Eu selecionava do servente ao gerente. Todos passavam por mim. Uma experiência muito gratificante (Keila Santos - Psicóloga, pioneira).

Antes da PM, eu trabalhei no Colégio Tenente Rêgo Barros da Aeronáutica e depois em uma empresa de Engenharia de São Paulo. Eles prestavam serviços para a Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA), que depois me contratou. Fui professora de psicologia também na Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e na Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), onde dava aulas na UFPA (Joana d'Arc - Psicóloga, pioneira).

Minha experiência antes da PM foi trabalhar boa parte no mercado formal, no âmbito da Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando com recrutamento, seleção e treinamento já fazendo uso de testes psicológicos e avaliação, por seis anos. Tive também experiência no magistério em nível fundamental, médio e superior, bem como atuei como a primeira psicóloga fiscal do Conselho Regional de Psicologia do Pará e Amapá (Deuzilene - Psicóloga, pioneira).

Era contratada como psicóloga pelo governo do Estado no Espaço de Acolhimento para Portadores de Necessidades Especiais (EAPE) da antiga Fundação da Criança e do Adolescente do Pará, hoje FASEPA ou atuava com socioeducação e avaliação do desenvolvimento nas Atividades de Vida Diária (AVDs) e tarefas educativas dos internos em trabalho conjunto com assistentes sociais e monitores (Cátia Regateiro - Psicóloga, pioneira).

Eu era recém formada em Psicologia Clínica, quando fiz o concurso da PM, mas eu trazia a experiência de atuar há alguns anos no atendimento de usuários de drogas em uma comunidade terapêutica e já tinha realizado bons estágios extracurriculares em Psicologia da Saúde e Hospitalar, no Hospital Universitário Barros Barreto, na Fundação Santa Casa de Misericórdia e em Unidades Básicas de Saúde. Sem dúvida, o nosso ingresso foi um plus para a Corporação, pois trazíamos formações e experiências diversas de atuações (Jesiane - Psicóloga, pioneira).

### 2.1.2 Oficiais Assistentes Sociais sobre seus ingressos:

A minha atuação como Assistente Social deu-se primeiramente na Companhia Amazônia Têxtil de Aniaga (CATA). Um trabalho desafiador, face à relação empregador X empregado [...] com atribuição de desenvolver ações e práticas éticas [...], bem estar e garantia dos direitos sociais ao empregado e sua família [...]. Em 1994 com a minha aprovação no concurso público do estado, mudou totalmente meu campo de atuação profissional. Desta vez passou a ser a Segurança Pública (PMPA), onde nossa intervenção profissional era atender as problemáticas sociais vivenciadas no cotidiano dos policiais militares e familiares (Angela - Assist. Social, pioneira).

Eu tive experiência de estágio na Legião Brasileira de Assistência (LBA), depois na Santa Casa de Misericórdia do Pará, na TELEPARÁ, na Companhia Brasileira de Distribuição do Grupo Pão de Açúcar. Foi quando participei do processo seletivo na Superintendência do Sistema Penitenciário (SUSIPE) e fui trabalhar no atendimento com presos de justiça e familiares, a princípio, em uma casa de detenção no Coqueiro. Quando houve uma rebelião, ocorreu transferência de algumas profissionais e fui para a Penitenciária de Americano. Paralelo a isso, fiquei sabendo do concurso da Polícia Militar através de familiares e das próprias colegas do sistema penitenciário. Eu fiquei relutando, mas no último dia, por insistência de uma colega, me inscrevi no concurso da PM e fui aprovada (Rosa Fampa - Assist. Social, pioneira).

Minha primeira experiência profissional foi no Sistema Penal do Estado entre 1991 e 1994, onde realizei trabalho de assistência aos internos apenados e suas famílias. Em 1994, fiz o concurso público para o quadro complementar da PMPA, tendo sido aprovada para ingressar. Foi muito desafiador realizar o Curso de Adaptação de Oficiais, uma vez que não era meu sonho. Mas não poderia perder a oportunidade de galgar uma carreira promissora, onde se tinha a perspectiva de salário muito acima de mercado (Sandra Monteiro - Assist. Social, pioneira).

O ano de 1994 trouxe mudanças significativas na minha trajetória profissional. Ingressei na Polícia Militar no cargo de assistente social no posto de 1º Tenente. Esse momento significou muito para mim, pois passaria a trilhar uma nova caminhada que envolvia ser militar e fazer parte de uma equipe de assistentes sociais pioneiras. Anterior à PMPA, a minha experiência como assistente social foi na Fundação Papa João Paulo XXIII (FUNPAPA), instituição vinculada à Prefeitura Municipal de Belém, onde atuei em programas de geração de renda para mulheres e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (Carol Hedda - Assist. Social, pioneira).

Antes de ser da PM, eu trabalhava em empresa privada com as funções de administrar a política social da empresa, acompanhar os processos de inclusão e desligamento, pagamento de aposentadorias e benefícios do INSS até que o funcionário começasse a receber direto do governo, palestras educativas e de formação profissional, juntamente com a psicologia e pedagogia nos treinamentos e capacitações, como também, nos processos de recrutamento e seleção. Depois fui ser assistente social no Presídio São José e na Penitenciária de Americano, onde eu realizava atendimento individual aos internos [...] dentre outras (Sandra Leite - Assist. Social, pioneira).

Minha experiência antes era em outras áreas. Eu era técnica em eletrotécnica, na antiga Centrais Elétricas do Pará (CELPA), depois na Eletronorte e na TELEPARÁ. Portanto, a PM foi meu primeiro trabalho como assistente social. O significado de ser pioneira na PMPA, vai além de ser um imenso orgulho, tornou-se uma oportunidade de entrar no mercado de trabalho, uma porta que estava se abrindo naquele momento para os profissionais de Serviço Social (Marion - Assist. Social, pioneira).

Embora fosse um grande avanço, a admissão de onze oficiais psicólogos e onze assistentes sociais mostrava-se, já naquele momento, ser um número incipiente de técnicos diante da grandiosidade do efetivo de policiais militares e seus dependentes, distribuídos por todos os municípios e da dimensão continental do Estado do Pará. Os desafios eram notórios e as demandas se avolumavam, havendo necessidade, inclusive, da criação do “Serviço de Sobreaviso Psicossocial 24h”, para as situações repentinas e/ou intercorrências, como declaram as oficiais Flora Aguiar, Joana D’arc, Rosa Fampa e Jesiane:

Após a estruturação do Serviço Social e o de Psicologia na Corporação, nós começamos a ser acionados fora do horário de expediente para atendermos alguns problemas que envolviam familiares e policiais, tipo: comunicação de óbito, acidente, apoio e suporte ao policial que entrava em surto. Inicialmente, não havia uma escala pré-definida. As chefias das Seções é que decidiam quem iria responder ao chamado. Naquele momento, éramos acionados com muita frequência para viabilizar o atendimento do policial em surto psicótico com encaminhamento para o Hospital de Clínicas. E fizemos tudo o que podíamos para que compreendessem que isso não era papel da Psicologia, porque não tínhamos habilidade nem instrumentos de contenção nessas situações; também as diversas situações que o oficial do psicossocial tinha que se deslocar para outro município, a fim de dar suporte ao militar ou a sua família. Posteriormente houve a necessidade de estruturarmos o serviço de sobreaviso com a confecção de uma escala, publicada em Boletim Geral, na qual um psicólogo e um assistente social eram escalados para o serviço durante as 24h. Também esclareceu-se por “nota de serviço” qual a finalidade do sobreaviso e os casos em que os oficiais deveriam ser acionados. Então, o serviço de sobreaviso foi criado como uma ferramenta para o atendimento das situações que exigiam apoio social-emocional ao policial e familiares de modo imediato. Éramos acionados pelo Superior de dia e o Oficial de Operações do COPOM (atual CIOP) liberava uma viatura de área da ocorrência. Depois, percebemos que o deslocamento em viatura do policiamento operacional, apresentava problema e se viabilizou uma viatura com motoristas especificamente para o serviço psicossocial (Flora Aguiar - Psicóloga, pioneira).

Nos serviços de sobreaviso iniciais, passei por várias experiências negativas quando algum policial surtava e os comandantes entendiam que deveríamos intervir, levando o policial para atendimento no Hospital de Clínicas (psiquiátrico) e ainda interná-lo. Inclusive, atuávamos muitas vezes com mediadores de conflitos quando, na verdade, não tínhamos preparo para tal, fato que gerou algumas ocorrências com situações de perigo para nossa própria integridade física (Joana D’Arc - Psicóloga, pioneira).

Para responder a escala do serviço de sobreaviso era complicado, principalmente a situação de transporte para as missões. O fato de que não tínhamos viatura em condições de deslocar, de precisar de alguém que fosse nos buscar ou nos levar era complicado. Além disso, nossa escala de sobreaviso muitas vezes conflitava com a vida familiar da gente. Por vezes, saíamos para realisar um atendimento, surgiam desdobramentos, e só voltávamos para casa no outro dia, após as 24h, tudo por conta de concluir aquele trabalho, de se ver envolvida. Você ultrapassava a sua carga de trabalho e às vezes, você acabava negligenciando a própria família, em detrimento do serviço (Rosa Fampa - Assist. Social, pioneira).

Uma das dificuldades marcantes do serviço de sobreaviso era quando havia situação de falecimento do policial em serviço. Ficávamos no meio do fogo cruzado: a família que ficava destrugada, exigia pronta resposta e revide da Corporação; a tropa por sua vez, ficava também desajustada de dar resposta capturando o meliante (assassino) e a imprensa queria noticiar aquela morte como um “espetáculo” e nos cercava de todas as formas, com filmagens e entrevistas inesperadas, desrespeitando inclusive a dor daquela família. Além disso, alguns oficiais comandantes do policial falecido, pediam que articulássemos dentro da Corporação uma cerimônia fúnebre, com as honrarias militares condizentes (toque militar fúnebre de corneta, entrega da bandeira do Pará à família, salva de tiros, ônibus e coroa de flores, celebração religiosa do capelão etc.). E, por vezes, nós, do psicossocial de serviço, encontrávamos incontáveis dificuldades para darmos conta de responder a toda essa expectativa (Jesiane - Psicóloga, pioneira).

Além disso, outras demandas e necessidades eram advindas dos quartéis do interior, que solicitavam deslocamentos da equipe para essas unidades porque os serviços do Psicossocial disponibilizados ainda eram centralizados na capital (Belém) e a prestação da assistên-

cia precisava ser mais equânime, alcançar as unidades mais longínquas, promovendo uma atuação psicossocial com maior capilaridade.

Então, passado o estágio probatório, mesmo que ainda tivessem pouco tempo de admitidas, as duplas de profissionais começaram a ser enviadas para prestar serviços nas localidades do interior e, por vezes, para maior abrangência da área de atuação, e para otimizar o tempo de ausência da capital, eram enviadas mais de uma dupla de técnicos para o interior. Estes profissionais se dividiam realizando várias atividades: instruções nos cursos de praças (CFSD), levantamento do perfil socioinstitucional, ministração de palestras, visita domiciliar, articulação com a rede de serviços da comunidade, avaliação psicológica (testes e entrevista), atendimentos psicológico e social, entre outros. Alguns desses técnicos passavam semanas e/ou meses realizando atividades pelos municípios do interior. Saíam de Belém com planejamento das atividades a serem executadas, todavia, sem data prevista de retorno. Nestes municípios, trabalhavam nos turnos da manhã, tarde e noite, até que as demandas e necessidades dos quartéis locais tivessem sido, pelo menos temporariamente, sanadas.

Outrossim, também fomos distribuídos pela Região Metropolitana de Belém, para que desenvolvêssemos as atividades em âmbito das Unidades Operacionais (Batalhões, Companhias), nas Unidades de Formação Policial (CFAP<sup>8</sup> e APM), nas Unidades de Saúde (Hospital da Polícia Militar e Ambulatório Central da PMPA) e na Escola Estadual de 1º e 2º graus “Tiradentes”:

Depois do nosso curso de ‘formação’, eu recebi ofício para trabalhar na área da educação, em uma Escola de Ensino Fundamental da Rede Pública, em convênio com a PMPA: a Escola Tiradentes. A escola funcionava em três turnos. E aí, foi uma surpresa muito grande para mim porque eu não tinha experiência na área educacional. Eu tive que pesquisar. Parti primeiro para a pesquisa bibliográfica, depois visitei duas escolas que eram referências em Belém e que tinham o Serviço Social, que era a Escola Salesiano do Trabalho e a Escola do IAPI. E aí, eu fui conhecer para conseguir fazer um projeto de atuação nessa área. Vencido esse desafio, consegui trabalhar com satisfação, tendo domínio e segurança no que eu fazia. E o mais importante, trabalhamos em equipe, com a própria colega também militar, a psicóloga 1º Tenente Neyla Regina. Aí, nós fazíamos uma dupla de trabalho militar e era assim um trabalho interdisciplinar com toda a escola, muito, muito interessante (Rosa Fampa - Assist.Social, pioneira).

Minha primeira lotação foi na Escola Tiradentes, uma unidade de ensino em regime de cooperação técnica entre a Polícia Militar do Pará e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Eu e a assistente social à época, Tenente Rosa Fampa - compúnhamos como o Psicossocial, a equipe técnica da escola, conjuntamente com as orientadoras educacionais e supervisoras e desenvolvíamos atividades de atendimento paritário aos dependentes dos policiais e à comunidade em geral. Nós fomos as primeiras oficiais militares (psicóloga e assistente social) naquela escola, ou seja, nós implantamos aquele serviço, e tínhamos uma relação muito boa com os professores, alunos, técnicos e todo o corpo docente da escola (Neyla Regina Bahia - Psicóloga, pioneira).

Passei por várias unidades como: CiaPFEM, QCG, CIPOE, CFAP, CPC, 4º BPM (Marabá), CEPAS. Em todas as unidades onde traba-

<sup>8</sup> O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), era localizado na Ilha de Carateua, em Outeiro, distante 18 km do centro de Belém. No CFAP de Outeiro, o Oficial Psicólogo que mais tempo atuou, acompanhando por muitos anos, todas as turmas de praças nos cursos de formação e de Aperfeiçoamento, foi o psicólogo Otavio Marques (pioneiro) e as oficiais assistentes sociais foram Sandra Leite e Carol Hedda.

Ihei sempre pude contar com apoio e respeito de oficiais e praças e, principalmente, das minhas colegas de profissão que não mediram esforços para me ajudar. A PMPA nos acolheu e nós, em contrapartida, oferecemos o melhor que podíamos para contribuir com nosso trabalho (Marion - Assist. Social, pioneira).

Minha primeira unidade na PMPA foi a Academia de Polícia Militar Cel Fontoura (APM), onde atuei como psicóloga na Seção de Orientação Educacional. Foi uma experiência enriquecedora porque eu fazia o acompanhamento dos alunos em formação (CFO) e também atuava como instrutora das disciplinas: psicologia, ética e relações humanas. A princípio, eu e a colega do Serviço Social passamos por algumas dificuldades relacionadas à dinâmica da Corporação, porque recebíamos ordens do comandante da APM, o qual inicialmente confrontava nossas atividades, dizendo que ele próprio era um “faz tudo” na Unidade, ou seja, que fazia o papel de médico, padre, advogado, psicólogo e assistente social, como se não precisasse de nós. Então, inicialmente tivemos dificuldades para implantar nossa rotina de atividades. Mas depois, com bastante paciência, articulação e atuação técnica, conseguimos nosso espaço profissional. Depois, atuei em outras unidades como: Ambulatório Médico Central (AMC), Comando de Operações Especiais (COE) e alguns batalhões (Joana D’Arc - Psicóloga, pioneira).

Devido a minha formação em Psicologia Hospitalar, fui lotada no Hospital da Polícia Militar, que à época funcionava no bairro Batista Campos, em um ‘complexo da área de saúde’, juntamente com o Ambulatório Médico Central e Laboratório de Análises Clínicas. Em junho de 1995, o HPM foi transferido para a Trav. Romualdo de Seixas, para um espaço ampliado e exclusivo do hospital, comportando 50 leitos (de enfermarias e apartamentos), com uma Unidade de Pacientes Graves, Centro Cirúrgico, com sala de esterilização e pós-anestesia. Diariamente eu e a assistente social passávamos visitas aos pacientes internados (policiais e bombeiros militares), com registros do acompanhamento e evolução do quadro nos prontuários dos pacientes. Nossas intervenções eram integradas à equipe multidisciplinar de saúde [...]. Tive, inclusive, o prazer de trabalhar com três queridas assistentes sociais: com a Ângela, a Sandra Monteiro e a Clenilza, e com a enfermeira Daiane, da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, na mesma sala, por vários anos (Jesiane - Psicóloga, pioneira).

### **3 EXPERIÊNCIAS E BOAS PRÁTICAS QUE AGREGARAM**

Nesse período, existiam diversificados trabalhos que ensejavam a participação e atuação psicossocial e costumeiramente proporcionavam bons resultados. Àquela altura, havia uma iniciativa das Polícias Militares no Brasil para o trabalho com a comunidade e como exemplo de uma prática exitosa, cita-se a atuação da psicóloga Lisneti Castro e da Assistente Social Sandra Leite que, com a aquiescência do comandante do 2º BPM, promoveram atividades de integração do Batalhão com a comunidade.

Neste sentido, a PMPA criou o Policiamento Ostensivo Volante (Projeto POVO), o qual tinha como objetivo a interação entre o policial militar e a comunidade. Desse modo, foram realizadas atividades com os comerciantes, nas feiras, palestras sobre alcoolismo, drogas, doenças sexualmente transmissíveis e higiene bucal, com o apoio de instituições parceiras, como a SESPA e o SESI e ações de apoio no veículo tipo kombi e motocicletas. Houve atuação nos cursos para os guardadores informais e lavadores de carros, sobre noções de Direito do Trabalho, legislação de trânsito e relações humanas, dentre outras.

Outra experiência exitosa que agregou muito foi obtida pela assistente social, à época, 1º Tenente Carol Hedda:

No ano de 1995, passei a atuar no Grupamento Especial de Polícia Assistencial, pioneiro no Brasil. A atuação como assistente social me possibilitou uma participação efetiva na elaboração de diretrizes sócio pedagógicas dos cursos de aperfeiçoamento contínuo do efetivo do grupamento, pois todas as modalidades de policiamento especializado, davam-se à luz das ações e dos preceitos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Foi uma experiência que iniciou dentro do quartel e, na medida que o cenário operacional passou a exigir saltos qualitativos quanto ao atendimento do público infanto-juvenil, seja em situação de risco ou na prática de ato infracional,

incluímos outras temáticas as quais foram ministradas por profissionais pertencentes à Vara da Infância e Juventude e de organizações defensoras dos direitos da criança e do adolescente. Em virtude dessa atuação, assumi em agosto de 1998, a direção do Centro de Internação de Adolescente Masculino (CIAM), unidade coordenada na época pela Secretaria do Trabalho e Assistência Social do governo estadual. Esse novo cenário institucional, foi mais um marco na minha trajetória por se constituir em novo desafio que era atuar diretamente com adolescentes que cumpriam a medida socioeducativa de privação de liberdade, fosse na condição legal de provisórios, ou sentenciados judicialmente. Por conta disso, oportunizamos um canal de comunicação no Centro de Internação, denominado de "Projeto Carta ao Juiz", elaborado pelo Juiz Paulo Frota (*in memoriam*) que na época, era titular da 24ª Vara da Infância e Juventude. O Dr. Paulo Frota solicitou que eu o ajudasse a coordenar o projeto e isso foi fundamental para diminuir o distanciamento entre o adolescente interno e o sistema judiciário, o qual foi considerado uma ação inovadora com resultados significativos. Com isso, o Dr. Paulo Frota teve reconhecimento nacional ao receber o "prêmio de melhor projeto" que fomentava o trabalho de parceria entre Justiça e espaço de cumprimento de privação de liberdade com a finalidade de garantir os direitos dos jovens autores de ato infracional, prêmio esse coordenado pela UNICEF (Carol Hedda - Assist. Social, pioneira).

Outras práticas de bons resultados na Corporação foram desenvolvidas pelas oficiais Angela Sousa (assistente social) e Neyla Regina B.Vieira da Silva (psicóloga), em períodos distintos em que presidiram o Grupo Fraternal Miliciano (GFM):

No âmbito da PMPA, um trabalho que para mim foi bastante desafiador, porém altamente gratificante, foi o trabalho que desenvolvi no GFM (Grupo Fraternal Miliciano). Fui convidada a assumir a Presidência desse Grupo pelo Coronel Faustino, Comandante-Geral da época. O GFM era um trabalho realizado por voluntárias, em sua maioria esposas de Oficiais, com fins filantrópicos. Por isso, observava-se uma limitação muito grande no leque de atendimento, pois praticamente tinham como atividade e público-alvo o atendimento às mulheres grávidas esposas de policiais militares (enxoval de bebê). Até então, o GFM era sempre presidido pela esposa do Comandante-Geral da Corporação. A partir do momento que assumi a Presidência pude trazer ao projeto um trabalho técnico adequado às reais demandas de atendimento com garantias de direito, através dos princípios que alicerçam à prática de um assistente social, com articulações de diversas redes de atendimentos e encaminhamentos. Aceitei o convite com muita satisfação e compromisso e recebi o apoio maciço do Coronel Faustino e de todas às pessoas envolvidas no processo (Angela - Assist. Social, pioneira).

Existiram momentos muito gratificantes. Um deles foi quando participei como assessora do GFM com a psicóloga Neyla Regina, esposa do Coronel Vieira, Comandante-Geral à época. Ela me deixava muito à vontade para fazer os atendimentos e encaminhamentos. Nós tínhamos recursos pra atender os policiais que nos procuravam com medicamentos, cestas básicas, fraldas, prótese, órtese, transporte para o deslocamento às consultas e fisioterapias, ou encaminhamentos para outros serviços terapêuticos como equoterapia. A demanda era muito alta, mas tínhamos um espaço condizente e todo apoio para fazer nosso trabalho, um espaço condigno para atendimento. Foram 4 anos de intenso trabalho. Realizamos também um projeto de atendimento às esposas grávidas de militares. Elas participavam de um ciclo de palestras informativas e educativas (riquíssimo de conhecimento): com assistente social, ginecologista-obstetra, psicólogo, pediatra, nutricionista. Fazíamos entrega de enxoval de bebês, sorteio de berços, de carrinho de bebê, de bebê conforto. Nossa! Isso era assim, um trabalho maravilhoso, era muito compensador. Uma satisfação muito grande. E eu era uma das que ministrava palestra. Lembro bem que o título da minha palestra era: "Família: Responsabilidade compartilhada" (Rosa Fampa - Assist. Social, pioneira).

#### 4 PARA QUE E POR QUE A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL AO POLICIAL MILITAR?

A preocupação com a "saúde mental" ou com a "atenção psicossocial" no contexto da Segurança Pública não é algo descabido e nem é recente. Existe uma vasta literatura no âmbito da Psicologia, na interface com outras ciências como a Sociologia, Antropologia, Saúde, Administração e Recursos Humanos que apresentam os diversos adoecimentos, desgastes e sofrimentos vivenciados na profissão policial militar. Minayo *et al.* (2008, p. 185), por exemplo, em suas muitas pesquisas sobre as condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares, constataram que somente o fato de "ser policial já é em si um risco [...]. Todos se sentem em enfrentamento e em alerta".

O Conselho Federal de Psicologia, com base nos dados do *Internacional Stress Management Association* (ISMA), revelou que os profissionais de Segurança Pública estão entre os três grupos de profissionais que apresentam maior grau de estresse (Psicologia, 2007, p. 6-7).

Para além do adoecimento por estresse, os pesquisadores Santos, Hauer e Furtado (2019), apresentam outra lista de adoecimentos psíquicos diagnosticados em policiais militares em decorrência da profissão: distúrbios do sono, depressão, Transtornos de Ansiedade, Transtorno de Humor Bipolar, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, o uso abusivo de álcool e outras drogas psicotrópicas, além do comportamento de uso desregrado de medicamentos controlados, que podem resultar em suicídio.

Há ainda outras produções científicas realizadas pelo Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde, da Fiocruz e por Vale (2018a), as quais registram as condições de trabalho, as frequentes mortes e agravos em sua saúde física e mental, bem como a baixa qualidade de vida desse grupo de servidores.

Diante de toda essa análise da realidade, compreende-se o porquê e para quê a implantação da Psicologia e do Serviço Social no âmbito policial militar. Além disso, constata-se que se faz necessária a manutenção e ampliação dos serviços existentes, para que sirvam ao propósito de desenvolver na PMPA, os programas de preservação à saúde mental dos policiais, mais espaços de escuta técnica diante das necessidades dos policiais, além do assessoramento à gestão organizacional, entre outras estratégias de enfrentamento que possam minimizar o sofrimento e propiciar qualidade de vida.

## 5 MUDANÇAS NA LEI E DE NOMENCLATURA

Em 2006, o 'Serviço de Psicologia' e o 'Serviço Social' sofreram uma de suas primeiras modificações de nomenclatura, na ocasião, houve a homologação da Lei Complementar nº 053, uma nova Lei Orgânica Básica (LOB) da PMPA. Nessa lei, tais especialidades foram consideradas não apenas parceiras, mas 'integradas', em virtude do tipo de trabalho que ambas as profissões realizavam. Com isso, deixaram de ser 'Seções' e foi adotada nova nomenclatura: "Centro Integrado de Psicologia e Assistência Social" (CIPAS), permanecendo subordinada ao Diretor de Pessoal da PMPA.

Embora o CIPAS estivesse recebendo ampliação de seus serviços e alteração na forma da Lei nº 053, para a condição de Centro, ainda permanecia contando apenas com a turma pioneira que ingressou em 1994, não obstante os recorrentes documentos aos Comandantes-Gerais sobre a crescente demanda institucional, e da programada ida de alguns oficiais para a reserva remunerada. Então, decorreram dezesseis anos sem que houvesse o ingresso de novos profissionais para as duas categorias na PMPA, o que ocorreu somente em julho de 2010, quando houve novo certame com o provimento de vagas ao QCOPM e foi admitida a segunda turma de Psicólogos e Assistentes Sociais da PMPA. Naquela ocasião, ingressaram 04 oficiais no posto de 2º Tenente, aptos para a realizarem o Curso de Adaptação ao Oficialato (CADO):

**Tabela 2:** Oficiais do Quadro Complementar – 2ª turma CADO.

PSICÓLOGOS	ASSISTENTES SOCIAIS
Simone Platino	Rosy Anny Vasconcelos
Iuri Aguiar de Melo	Helen M. Cardoso Souza

Fonte: DOE 01/07/2010, caderno Executivo, p. 13 - Concurso Público nº 007/PMPA.

A chegada da 2ª turma QCOPM estava cheia de expectativas pela renovação do quadro, ao mesmo tempo em que compreendia-se que após dezesseis anos de espera, aquele pequeno grupo de novos profissionais ainda era incipiente para fazer frente às diversas demandas institucionais, entretanto, já havia o vislumbre de que o trabalho continuaria com novo fôlego, e seria acolhido com alegria, conforme declara a Major Helen Souza:

Quando ingressei na PMPA, tive a grata surpresa de encontrar profissionais acolhedoras e dispostas a dividir uma vasta experiência neste universo militar que, àquela época, era repleto de desafios que me instigavam a aprender para corresponder com a complexidade da Instituição e para atender às expectativas daqueles que nos procuravam. Àquela altura, a Chefe do então CIPAS era a Coronel Neyla Regina, minha referência em garbo e elegância, sempre impecavelmente fardada, com sua voz firme, sonora e uma altivez de quem nasceu no meio militar. Contudo, a Tenente-Coronel Rosa Fampa era a Oficial mais antiga do Serviço Social, e foi ela quem norteou minha jornada, com sua destreza, tranquilidade, empatia e simplicidade no trato com as pessoas. Destaco outras Oficiais memoráveis, como a Tenente-Coronel Jesiane, aquela que consegue com o dom da oratória nos fazer refletir sobre nossos atos, com o dom da simpatia, nos mostrar a importância de sermos cordiais com as pessoas e com o dom de ensinar, nos fazer entender que conhecimento é poder. E o que dizer da Tenente-Coronel Deuzilene, sempre muito autêntica, observadora, firme, justa e implacável em seus posicionamentos, assim como da Tenente-Coronel Sandra Monteiro, com sua generosidade ímpar, proatividade, comprometimento em tudo que faz e com a qual aprendi que não há limites quando se está disposto a fazer um bom trabalho. Numa equipe repleta de personalidades tão marcantes, também pude conhecer a Tenente-Coronel Marion com sua calma, alegria e confiança, qualidades tão importantes e que devemos fomentar em nossas vidas e atendimentos, sem esquecer da importância de ser combativa, operacional e guerreira, como faz a Ten Cel Sandra Leite. Também me recordo das Tenentes-Coronéis Carol e Medianeira, as Majores Wânia e Cátia, oficiais que me receberam da melhor maneira possível, sendo sempre muito generosas e acessíveis (Helen Souza - Assist. Social, 2ª turma).

Ao chegar em janeiro de 2014, uma admissão aconteceu, renovando-se o quadro de especialistas, com o ingresso da terceira turma QCOPM, novos 2º Tenentes, sendo cinco oficiais psicólogos e três oficiais assistentes sociais:

**Tabela 3:** Oficiais do Quadro Complementar – 3ª turma CADO.

PSICÓLOGOS	ASSISTENTES SOCIAIS
Ana Carolina Bezerra	Fabiana Freitas do Nascimento
Maria de Lourdes L. Guimarães	Maria Rosa Gemaque Marques
Renata Cardoso Folha	Jacinete Nascimento Trindade
Luana Maria Lima Alves	-
Henrique Moura Monteiro	-

**Fonte:** Boletim Geral da PMPA, nº 032 de 14/02/2014, p.03 e 04.

E, mais uma vez, obteve-se a oportunidade de constatar naquele novo grupo de profissionais da 3ª turma que chegava, o desejo de aprender, e de somar com ideias novas, disposição e entusiasmo quanto à carreira policial militar:

Ser admitida na Instituição promoveu uma profunda transformação na minha vida pessoal e profissional. No início, a minha dificuldade não se relacionava propriamente com a familiarização diante de uma imponente Corporação. Para além disso, o meu maior desafio foi ser forasteira em um estado colossal: Pará, Sentinela do Norte. Um lugar diferente das minhas origens, mas que me permitiu fixar raízes e crescer. Eu já possuía a experiência na caserna, como oficial psicóloga temporária da Força Aérea Brasileira (FAB). Entretanto, nada do que eu conhecia pode ser comparado às experiências que hoje possuo como psicóloga da Polícia Militar do Pará. Na Academia Coronel Fontoura, foram reforçados os postulados básicos da vida castrense, bem como os princípios basilares da vida militar. No Estágio Supervisionado (no então CIPAS) fui apresentada ao Serviço Psicossocial pelas oficiais pioneiras do Quadro. Essa iniciação foi fundamental para a compreensão das atribuições do Serviço Social e da Psicologia no contexto policial: um trabalho consolidado sob a égide da ética e do profissionalismo (Ana Leopoldino, Psicóloga, 3ª turma).

<sup>9</sup> A conferência de abertura “Gênero, Direitos humanos e Multiculturalismo”, foi proferida pelo magistrado Prof. Dr. Elder Lisboa Ferreira da Costa, juiz titular da 1ª Vara da Fazenda de Belém, Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca - Espanha.

Em setembro de 2014, para celebrar os 20 anos do CIPAS, de trabalho produtivo e a renovação do Quadro Complementar da Instituição, realizamos o evento científico-comemorativo denominado “IV Jornada da Psicologia e o II Seminário do Serviço Social”<sup>9</sup>, nos quais algumas personalidades foram homenageadas pelo compromisso e os importantes serviços prestados à Psicologia e ao Serviço Social da PMPA: o Coronel Cleto (*in memoriam*), Ex-Comandante-Geral, representado por sua viúva, a sra. Rosa Fonseca, e o Coronel Vieira (ex-Diretor de Ensino e Ex-Comandante-Geral) como os idealizadores do Serviço Psicossocial e que viabilizaram a realização do concurso público para o Quadro Complementar. No mesmo evento comemorativo de 20 anos, conjuntamente, foi homenageada a psicóloga civil Rosa Watrin, que nos anos de 1990, com suas atividades elementares no QCG tornou-se a precursora do Setor de Psicologia da PMPA.

Ademais, no tocante ao trabalho dos psicólogos da Corporação ao longo do tempo, constam também nos acervos do CIPAS: o engajamento nos processos de recrutamento e seleção, nas seleções internas específicas para as Unidades Operacionais ou nos cursos de treinamentos e em avaliações psicológicas para o porte de arma, reinclusão ou reversão ao serviço ativo, licenciamento a pedido, admissão por decisão judicial, alvará de soltura, subsídio documental à Junta Regular de Saúde (JRS), laudos de preparação para cirurgias, pareceres aos Conselho de Disciplina e de Justificação, Resoluções do CONSEP (lesões corporais ou letalidade), entre outros. Entre as avaliações psicológicas, cabe lembrar a ocasião em que fomos convocados a realizar a seletiva do antigo GRAER<sup>10</sup>, atual Grupamento Aéreo de Segurança Pública (GRAESP):

<sup>10</sup> O primeiro Grupamento Aéreo do Estado do Pará-GRAER foi criado pela Lei Complementar nº 040, de 07/02/2006. É exclusivamente voltado para missões de segurança pública, serviços e operações: transporte de tropas para o recobrimento nas ocorrências de alta complexidade, auxílio no cerco e captura de foragidos abrigados em locais de difícil acesso ou nas matas, resgate de emergência pré-hospitalar, pacientes escarpeladas, gestantes de alto risco, traslado de autoridades, escoltas de presos de alta periculosidade, transporte de valores, cargas de munições ou outros materiais apreendidos em procedimentos policiais, entre outros.

A avaliação psicológica sempre é um desafio, considerando que significa desvendar o desconhecido com base em instrumentos científicos e no olhar cauteloso e metucioso do avaliador. E a seleção para o GRAER/GRAESP foi ainda mais desafiadora, por se tratar de um Grupamento que estava sendo construído do zero, de todo o efetivo, do comandante ao praça mais moderno, envolvendo perfis de pilotos e tripulantes, o que não fazia parte da nossa realidade. Além do mais, com um instrumento que não dominávamos com expertise. Tivemos o auxílio de uma corporação irmã de farda, a Polícia Militar de São Paulo (PMSP), que nos enviou uma equipe especializada para esse treinamento no referido instrumento, o teste Psicodiagnóstico Miocinético (PMK). A expectativa de todos os candidatos só não superava a nossa em acertar e fazer o nosso melhor (como sempre). Ao final do processo, e lidando com militares também do Corpo de Bombeiros entre os candidatos, conseguimos cumprir com o nosso objetivo e fomos peça importante na criação do Grupamento que até hoje ainda permanece com integrantes selecionados por nós, há tantos anos (Cátia Regateiro - Psicóloga, pioneira) (grifo nosso).

Fomos convocados a realizar uma seleção com maior nível de especificidade, de detalhes que foi para a composição do GRAER que a época estava iniciando suas atividades. E para isso, tivemos o apoio de oficiais da PM de São Paulo que já tinha uma vasta experiência na aviação, considerando que lá já existia o policiamento com aviões e helicópteros. Então foi uma troca de experiências muito rica (Flora Aguiar - Psicóloga, pioneira).

Eu me lembro que em 2006, o então governador Almir Gabriel, resolveu investir na criação do primeiro Grupamento Aéreo do Estado do Pará (GRAER). Nós não tínhamos experiência nessa modalidade de avaliação psicológica. Então, todos nós psicólogos da PMPA nos juntamos naquele momento desafiador para o treinamento com a PM de São Paulo, que ao longo do tempo havia adquirido larga competência em aviação e usava àquela época um dos instrumentos mais especializados para aquele tipo de seleção que era o PMK, que avaliava qualitativamente e quantitativamente condições patológicas. Em Belém, nós acrescentamos outros testes, inclusive a prova de *Rorschach*. Foi um trabalho de excelência e toda a nossa equipe CIPAS (praças e oficiais) se envolveu e se empenhou com dedicação. Convidamos inclusive o capitão Brito Junior, Oficial Combatente do interior do Pará, com formação em Psicologia para se juntar a nós [...]. Foi um trabalho magnífico (Jesiane - Psicóloga, pioneira).

Destaca-se que a implantação do GRAER, no Pará, resultou na busca dos recursos humanos dentro das instituições de segurança pública: Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar, de servidores que tivessem interesse naquela seleção. Nesse sentido, para os psicólogos da turma pioneira, foi uma grande desafio, bem como, uma experiência exitosa, mais ainda com a competência e parceria da Polícia Militar de São Paulo.<sup>11</sup>

## 6 RECONHECIMENTO DA CORPORAÇÃO DE FONTOURA

Como reconhecimento ao legado e credibilidade à atuação do CIPAS, no dia 18 de setembro de 2017, em meio aos eventos comemorativos em alusão à Semana de Aniversário da PMPA, o Comandante-Geral a época, Coronel Hilton Benigno, homenageou em Cerimônia Militar.

A trajetória das oficiais pioneiras (psicólogas e assistentes sociais) na Instituição, descerrando a faixa e apresentando a "Galeria de Chefes" do CIPAS com as fotografias das oficiais (antigas chefas) e os respectivos períodos que comandaram a Unidade. Na ocasião da referida cerimônia, estava presente um número considerável das oficiais pioneiras, tanto da Psicologia, como do Serviço Social, já na reserva remunerada.

Ainda como ato de reconhecimento, foi publicada no mencionado Boletim Geral nº 177/2017,<sup>12</sup> a "Nota de Serviço" abaixo, que enaltece a criação dos serviços de saúde mental e atenção psicossocial destinados ao efetivo da Polícia Militar:

Sabe-se da importância que foi a criação desses serviços, porque a profissão policial militar, quando comparada com outras profissões da população brasileira, é a que se submete a mais elevada carga de risco e de estresse, além de tensão, ansiedade, depressão, desgaste físico e emocional, uso abusivo de álcool, entre outros, como manifestações de sofrimento em resposta à sobrecarga do trabalho. Reconhece-se que o sofrimento não se trata de um mal-estar exclusivo dos policiais militares, porém observa-se que sendo uma profissão diferenciada e empenhada em garantir a ordem pública, movida pela pressão da sociedade por eficiência, pelo combate ostensivo à violência, o policial torna-se talvez por isso mesmo e, mais frequentemente suscetível, aos agravos e outros adoecimentos (BG nº 177/2017).

<sup>11</sup> Nossa atuação na supramencionada avaliação do ex-GRAER, atual GRAESP, foi registrada na interessante pesquisa monográfica "HERÓIS ALADOS: o desgaste orgânico e psíquico das tripulações na aviação de Segurança Pública do estado do Pará", do delegado e também piloto Nelson Sobreira de Oliveira, apresentada ao CSP/Especialização em Gestão Estratégica em Defesa Social (IESP, 2017).

<sup>12</sup> Homenagem à Turma Pioneira do QCO-PM/1994, na inauguração da Galeria de Chefes do CIPAS da PMPA, publicado em Boletim Geral da PMPA nº 177/2017, de 18/09/2017, p. 1 a 5.

<sup>13</sup> A “sala de Avaliação Psicológica” do CIPAS é denominada de Capitã QCOPM Edeltraut Loewenberg Leite’ em virtude de a referida oficial apresentar notória competência e experiência em avaliações psicológicas dedicando-se em diferentes modalidades na Corporação. A “Traut”, como carinhosamente a chamamos, sofreu um infarto em março de 2009, saindo de serviço, tendo sido reformada por invalidez, devido a diversas sequelas.

<sup>14</sup> Boletim Geral nº 136, de 18 JUL 2017, nomeando as mencionadas oficiais para a elaboração do PPARR; acrescida do Boletim Geral nº 177, de 18 SET 2017, conjugado com o Boletim Geral nº 211, de 13 NOV 2017 (Nota de Serviço 068/2017). Os três boletins tratam detalhadamente a respeito do Programa de Preparação e Apoio à Reserva Remunerada (PPARR).

<sup>15</sup> 1ª Jornada do Psicossocial: “Avaliação Psicológica: um caminho para a saúde mental” (2001), 2ª Jornada “Violência, Vitimização e Policiais” (2009); 3ª Jornada Psicologia, Segurança Pública e diversidades étnico-raciais (2012) e a 4ª Jornada “Psicologia e Serviço Social: uma trajetória de 20 anos na PMPA” (2014).

<sup>16</sup> BG nº 169, de 14 SET 2020 Portaria nº 029/2020 – EMG/PM1, dispõe sobre a autorização para a implementação do Núcleo de Atenção Psicossocial do CPR I (NAP/CPR I).

<sup>17</sup> Conforme Portaria do Comando nº 039/2020 – 3ª Seção/CPR-I, publicada no Boletim Geral nº 204, de 05 de NOV 2020.

Além disso, em ato solene, o Comandante-Geral, à época Coronel Hilton Benigno, entregou a ‘sala de avaliação psicológica’ do CIPAS, a qual recebeu o nome da psicóloga Capitã Edeltraut Loewenberg Leite<sup>13</sup> pelos relevantes serviços prestados à Corporação de Fontoura.

Ainda em 2017, dando ênfase à saúde mental e a atenção psicossocial d policial militar que está contabilizando seu tempo de serviço na carreira militar, com vistas a gozar da reserva remunerada, a Corporação instituiu o Programa de Preparação e Apoio à Reserva Remunerada (PPARR)<sup>14</sup>, com objetivos específicos de prevenir adoecimentos e sofrimento psíquico. Foram nomeadas as oficiais Coronel Neyla Regina e Helen Souza, do Psicossocial, para a elaboração e implantação do referido Programa. Como resultado de um novo concurso, naquele ano foi admitida a quarta turma de profissionais psicólogos e assistentes sociais e, àquela altura, a turma pioneira já havia seguido para a reserva. Entretanto, deixara o valioso legado, assegurando a continuidade dos serviços com aqueles novos oficiais.

Outra perspectiva que denota crescimento e relevância das turmas de oficiais psicólogas e assistentes sociais da PMPA, são as diversas produções acadêmicas e eventos de natureza científica realizados, como as quatro "Jornadas Científicas" Institucionais<sup>15</sup>. Tais produções e eventos confirmam o compromisso desses profissionais numa área tão carente de estudos e pesquisas, esforço empreendido coletivamente no sentido de construir conhecimento fundamentado teórica e metodologicamente para sustentar a prática dentro da instituição, elevando a qualidade dos serviços na trajetória profissional.

**Tabela 4:** Oficiais do Quadro Complementar – 4ª turma CADO

PSICÓLOGOS	ASSISTENTES SOCIAIS
<b>Nathália</b> Ferreira de Almeida	<b>Lêda</b> Marques Borges
<b>Leonardo</b> da Silva Costa	Carlos Rafael <b>Nascimento</b> da Silva
Cristiane Vandressen <b>Schueroff</b>	<b>Raiany</b> Marques Freitas
<b>Karollyne</b> Pinheiro Vasconcelos	-

**Fonte:** Boletim Geral da PMPA, nº 195 de 17/10/2017. p.07.

Em 2020, na gestão do Coronel José Dilson Melo de Souza Júnior, Comandante-Geral, a Lei Complementar nº 126, alterou a Lei Complementar nº 053/2006, e o CIPAS passou a ser designado de Centro Integrado de Atenção Psicossocial (CIAP), com novos desafios, inclusive de instalar e estruturar os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAP), sob a chefia de oficiais do QCOPM, subordinados aos comandantes das respectivas unidades e controlados pelo Departamento Geral de Pessoal, por meio do CIAP.

Assim, o primeiro NAP da PMPA foi instalado na cidade de Santarém<sup>16</sup>, em 06 de novembro de 2020<sup>17</sup> com sede própria, em salas anexas ao Quartel do 3º Batalhão de Polícia Militar (3º BPM), tendo na composição de seus recursos humanos de três oficiais, sendo uma Major Psicóloga (a segunda autora deste artigo), uma Tenente Psicóloga e uma Tenente Assistente Social.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, constata-se o quão valiosos são os trabalhos e trajetórias dos oficiais vinculados ao Psicossocial na PMPA ao longo desses 30 anos. São notórias e incontáveis as contribuições que o Centro vem prestando aos servidores e aos comandos.

Sob esse viés, observa-se o esforço da Corporação para a melhoria da qualidade de vida e de trabalho do policial militar, na elaboração de diretrizes e na oferta de serviços e programas institucionais com o apoio do Psicossocial, por exemplo: o Programa de Atenção à Saúde do Policial Militar (PASPM) que, de forma itinerante, realiza atendimentos multidisciplinares pelos municípios; a elaboração da "Cartilha de Prevenção ao Suicídio"; o aprimoramento do Serviço de Atendimento Emergencial (SAE); Programa Assistir; Programa Acolher e o Programa PM Vítima.

Sendo assim, a missão continua. E, ao atual trabalho desenvolvido pelos oficiais, praças e voluntários civis do Psicossocial, almeja-se novas construções, diante de novas exigências organizacionais, com a implementação de estratégias de modernização dos atendimentos e superação das adversidades, com ética e respeito, garantindo atenção integral à tropa e a todos que procurarem auxílio no CIAP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.
- GIAQUETO, Adriana. A descentralização e a intersectorialidade na política de assistência social. **Revista Serviço Social & Saúde**. Campinas: UNICAMP v. 9, n. 10, dez. 2010.
- LEITE, Máurea Mendes. **Origens sociais e trajetórias profissionais das primeiras mulheres policiais pertencentes ao círculo de oficiais da Polícia Militar do Pará**. Dissertação (Mestrado em Defesa Social e Mediação de Conflitos) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (Coord.). **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- PSICOLOGIA, **Jornal do Federal**. Ano XX nº 88, Brasília. Coluna Dia a dia, p. 6-7, dez. 2007.
- SANTOS, R. de O. B.; HAUER, R. D.; FURTADO, T. M. G. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, p. 14-27, 2019.
- THOMSON, Alistair. Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional de História Oral. FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (Org.). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- VALE, Jesiane Calderaro C. Adoecimentos e desgastes psicossociais: repercussões da atividade policial no Pará. **VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas - "América Latina e o mundo globalizado: crise, perspectivas, alternativas"**. Rio de Janeiro: UERJ, IFCH. NUCLEAS, 2018a.
- VALE, Jesiane Calderaro C. **Da Academia de Polícia Militar ao IESP: A formação de oficiais da Polícia Militar do Pará (1988 a 2014)**. Belém, 2018. 369 f. Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018b.
- VALE, Jesiane Calderaro C. Feminização Policial Militar: A história do ingresso das "panteras" nos jornais do Pará, a partir da década de 1980. In: RAMOS, E. M. L. S. *et.al.* Org.: **Segurança e Defesa: cidades, criminalidades, tecnologias e diversidades**. Uni-CV, v. 2. p. 323-336, 2019.